

## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 1. Identificação da Reunião

7ª Reunião Ordinária da Câmara Executiva Federal de Identificação do Cidadão (CEFIC) de 2025.

Data	Horário	Local
09/09/2025	17h	Palácio do Planalto – sala 407

### 2. Participantes

Nome	Órgão	Cargo
Pedro Helena Pontual Machado*	Casa Civil da Presidência da República - CC-PR	Secretário-Executivo Adjunto
Carlos Antônio Lopes de Araújo	Casa Civil da Presidência da República - CC-PR	Assessor Especial
Patrick de Faria	Casa Civil da Presidência da República - CC-PR	Assessor
Rogério Souza Mascarenhas	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Secretário de Governo Digital
Hudson Vinícius Mesquita	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Diretor de Identidade Digital
Paulo Ayran da Silva Bezerra	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Coordenador-Geral de Identificação Civil
Thalita Knupp	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Especialista em Análise de Processos de Negócios
Daniel de Souza Rosa	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Engenheiro
Ana Maria Costa Cândido Lacerda	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Assessora Técnica
Enylson Flávio Martinez Camolesi	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Diretor-presidente
Katia Macarini	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Coordenadora-Geral
Maurício Augusto Coelho	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Diretor
Marcelo Oliveira Barbosa	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Coordenador-Geral
Beatriz Marques de Jesus Figueiredo	Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP	Coordenadora-Geral de Modernização Tecnológica
José Rocha de Carvalho Filho	Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP	Coordenador-Geral de Inovação
José Vinícius Sousa	Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP	Assessor
Isabel Seixas de Figueiredo	Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJSP	Diretora
Priscilla Roscia	Polícia Federal - PF/MJSP	Diretora
Alex Halti Cabral	Instituto Nacional de Identificação – INI	Diretor
Wilson Silva de Sousa	Instituto Nacional de Identificação – INI	Papiloscopista
Rafael Neves*	Receita Federal do Brasil - RFB	Coordenador-Geral
Paula Xavier dos Santos	Ministério da Saúde – MS	Diretora DATASUS
Sérgio Araújo Correia Lima	Ministério da Saúde – MS	Coordenador-Geral DATASUS
Tula Vieira Brasileiro	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC	Coordenadora-Geral
Letícia Valverde Chahaira*	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC	Coordenadora

\*Não assinaram a lista de presença

### 3. Pauta

#### 3.1. Abertura

- 3.2. Informes gerais
- 3.3. Entregas 2025
- 3.4 Plano de Ação OIC

#### **4. Relato**

A reunião da CEFIC teve início com a apresentação da pauta e o destaque para a realização de visitas aos estados. Foi ressaltada a importância dos decretos que vinculam a emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN) ao acesso a benefícios sociais. Registrou-se que o encontro teria caráter exclusivamente informativo, sem deliberações formais.

Na sequência, foram apresentados os informes gerais. Foram expostos os dados de emissão da CIN por unidade da federação e relatado que o Estado do Pará se comprometeu a efetivar a inscrição no CPF até a semana seguinte, enquanto o Distrito Federal assumiu o mesmo compromisso com prazo para a primeira quinzena de outubro.

No que se refere às entregas previstas para o ano de 2025, foram destacados cinco pontos centrais. O primeiro deles foi o Serviço Biométrico Federal, que se encontra em fase final de contratação e cuja previsão é de estar disponível até o final de outubro. Para esta fase inicial, está prevista a realização de testes em dois estados, havendo a necessidade de atualização do plano de implementação e de preparação técnica dos órgãos estaduais de identificação.

O segundo ponto foi o Serviço de Controle de Fluxo. Constatou-se que o texto referente ao tema está em debate nos grupos técnicos, devendo ser harmonizado com os documentos relacionados ao Protocolo de Divergências e ao próprio Serviço Biométrico Federal. Apesar de o orçamento já estar liberado, a contratação depende da edição de resolução específica.

O terceiro ponto abordado foi a Declaração de Nascido Vivo (DNV-e) e a Biometria Neonatal. Atualmente, quatorze Estados já avançaram na implementação do registro, embora ainda não exista padronização nacional. Destacou-se a importância da vinculação do DNV aos documentos futuros do cidadão e da articulação com a Receita Federal, tema que seguirá em discussão nos grupos técnicos competentes.

O quarto ponto tratado foi o credenciamento definitivo. O processo regulatório foi retomado em 2025, com previsão de aprovação em março de 2026. Ficou definido que o credenciamento será restrito a prestadores externos, abrangendo as etapas de gráfica, correspondente ao espelho, e de personalização, relativa à impressão. Serão previstos requisitos técnicos de controle de qualidade, de segurança da informação e de gráfica segura, de acordo com normas específicas. A previsão é que a exigência de certificação ocorra após três anos da aprovação, com revisões periódicas. Foi solicitado um cronograma detalhado acompanhado de análise de riscos. Reforçou-se, ainda, que não deve haver descontinuidade na prestação de serviços e deve ser garantida a aceitação legal da CIN digital para o acesso a benefícios sociais.

O quinto ponto tratou do monitoramento dos padrões de impressão. Até o momento, foi analisada a conformidade ao Decreto nº 10.977/2022 de amostras de quatorze Estados, tendo sido

identificada a ocorrência de *QR Codes* em tamanho inferior ao estabelecido na Bahia, embora sem prejuízo para a leitura.

Destacou-se também a necessidade de ajustes na base biométrica do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a fim de incluir a coleta das dez digitais, com previsão de adequação técnica até o mês de outubro, caso outras demandas do Ministério sejam despriorizadas.

Na parte destinada às discussões gerais, destacou-se a importância de formalizar as demandas que serão direcionadas aos Estados e de qualificar previamente as informações que subsidiarão as visitas. Definiram-se como prioritários os seguintes temas: Serviço Biométrico Federal, Serviço de Controle de Fluxo, monitoramento da impressão e credenciamento definitivo. Avaliou-se a conveniência de apresentar essas informações durante o Congresso da Cidadania Digital, aproveitando o espaço para reuniões com representantes estaduais.

Quanto ao plano de ação dos órgãos de identificação civil, estabeleceu-se que a priorização se dará pela razão entre os potenciais beneficiários sem CIN e a quantidade de emissões realizadas em julho de 2025. Foram priorizados os estados do Pará, do Espírito Santo, do Amapá, do Rio Grande do Norte e da Bahia. Também foram considerados fatores como a distribuição de beneficiários, a rede de pontos de emissão e as estimativas de atendimento mensal. Elaborou-se um conjunto de ações adaptáveis à realidade de cada estado, com a observação de que algumas unidades federativas terão dificuldade de cumprir as metas estabelecidas, havendo possibilidade de prorrogação dos prazos.

No que diz respeito ao planejamento das visitas, definiu-se que haverá participação de representantes dos estados e do governo federal. A agenda das visitas será dividida em dois momentos: no turno matutino, ocorrerá o alinhamento estratégico com o objetivo de pactuar a elaboração de um plano de ação; no turno vespertino, será realizada reunião operacional voltada à construção detalhada desse plano. O modelo adotado contemplará cinco eixos: aumento da eficiência operacional, expansão da capacidade, realização de mutirões, atendimento vinculado à segurança social e estratégias de comunicação.

Finalizada a pauta, a reunião foi encerrada.

## 5. Encaminhamentos:

- Atualizar plano de implantação do SBF.
- Atualizar e detalhar cronograma do credenciamento definitivo, bem como elaborar uma análise de risco.
- Alinhar assuntos que precisam ser apresentados aos estados, preparando-os para as demandas extras que estão por vir.
- Incluir no planejamento do GTT1 os ajustes na base do MJSP.
- Planejar reunião com os diretores dos OICs durante o Congresso da Cidadania.